

PATRIMÔNIO NATURAL

Estância do Sesc recebe certificado de Reserva

Com 87,7 milhões de hectares, passa a integrar o restrito grupo das áreas preservadas

MARIA BARBANT
Da Reportagem

Numa cerimônia realizada no último dia 20, Sexta-feira, com a presença de autoridades municipais, estaduais e federais, a Estância Ecológica SESC Pantanal, no Município de Barão de Melgaço, foi oficializada como Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

Localizada entre os rios Cuiabá e São Lourenço, a 145 quilômetros da capital, a Estância Ecológica - conhecida como SESC Pantanal -, com a certificação da RPPN, passa a integrar um grupo que ainda no Brasil é restrito, o das áreas preservadas, num total de 4,6% de todo o território nacional, quando deveriam ser pelo menos 10%.

Em Mato Grosso, a RPPN, junto com mais duas áreas federais, o Parque Nacional do Pantanal e a Estação Ecológica do Taiamã, e uma particular, de propriedade da Fundação Ecotrópica, contando também com outras áreas no Mato Grosso do Sul, somente 2% de todo o Pantanal, a maior área alaga do mundo, é preservada.

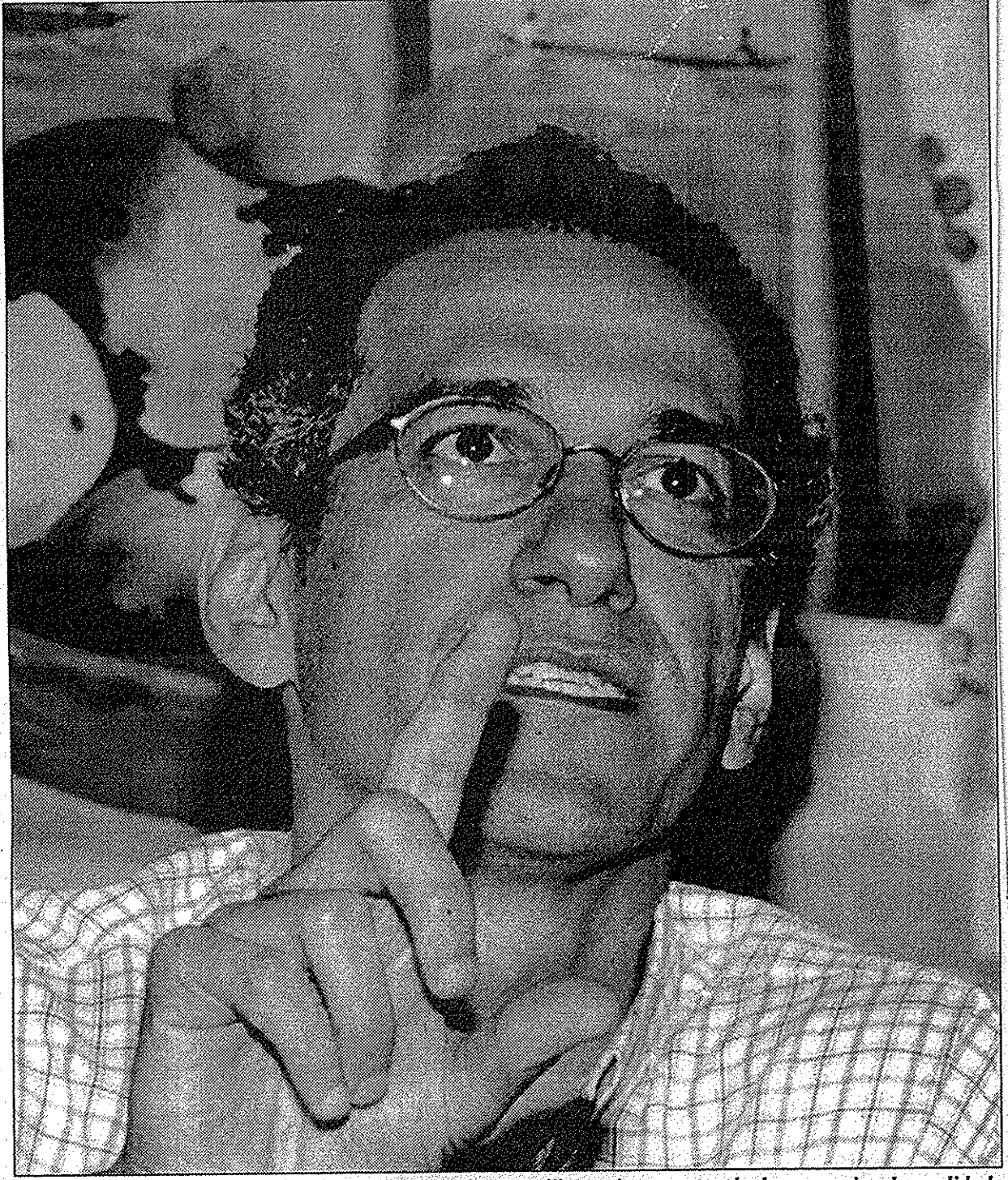
Além de ser considerada por autoridades, ambientalistas e pesquisadores como um importante empreendimento para a preservação, pesquisa e conscientização ecológica, e para o ecoturismo, ela assume um novo status, o de ser a prova de que juntos, o poder público e a iniciativa privada podem e devem trabalhar para o interesse da questão ambiental.

Dos cerca de 90 mil hectares da área total da Estância Ecológica, localizadas no Pantanal Norte, 87.871.443 hectares, à margem esquerda do rio Cuiabá, no município de Barão de Melgaço, foram transformados em RPPN.

O restante da área, no Município de Poconé, será destinado ao lazer e hospedagem. Nela, já está funcionando o Hotel Porto Cercado, com 16 apartamentos (mais 36 serão concluídos em breve) e instalações de apoio logístico para os técnicos da RPPN e pesquisadores. A recepção de turistas só deve começar no ano que vem.

Mas, até o ano 2000, na Baía das Pedras, deverá ser erguido, numa área de 2 mil hectares, fora da área destinada à preservação, o Hotel SESC Baía das Pedras, com

JOSÉ LUIZ MEDEIROS/OC



O presidente do Ibama Eduardo Martins: é possível conciliar turismo sustentável com serviço de qualidade

120 apartamentos, 9 suítes, áreas receptiva, de lazer, ecomuseu, de esportes, auditório, ludoteca, restaurante, lanchonete, adega, ancoradouro e ainda uma pista de pouso de aproximadamente 1,2 mil metros. Para a construção do hotel, o SESC já está solicitando junto à Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEMA), o licenciamento ambiental.

Ao receber a certificação das mãos do presidente do IBAMA, Eduardo Martins, o diretor geral do SESC, Oswaldo Kilzer da Rocha, lembrou que uma reserva natural além de seu valor intrínseco, pode representar um avanço soci-

al e econômico para a população local. "Esse é um ato coerente com o trabalho que o SESC vem desenvolvendo há mais de 50 anos e que hoje atende a aproximadamente 2,5 milhões de trabalhadores brasileiros por ano em programas educativos de saúde, lazer, esporte, educação e cultura, turismo social e, a partir de agora, o turismo ecológico".

Para o presidente do Ibama, Eduardo Martins, o grande desafio para a região é demonstrar que é perfeitamente possível a coexistência de um turismo sustentável, com um serviço de qualidade. "O Pantanal sempre fez parte da cons-

ciência ambiental do brasileiro. Mas sempre foi sub-representando no que se refere a áreas protegidas", afirmou.

Para Rocha, viabilizar tudo isso dependerá de uma parceria entre o SESC, ongs, o poder público (municipal e estadual e federal), com as instituições de ensino e pesquisa.

"A RPPN SESC Pantanal deverá ser no futuro um modelo para projetos semelhantes em outras reservas particulares no país, consolidando um esforço de proteção da biodiversidade e também do patrimônio natural do país", disse Martins.

Entidade pagou R\$ 12 milhões

Da Reportagem

A RPPN, adquirida por aproximadamente R\$ 12 milhões pelo SESC, teve sua idéia desenvolvida a partir da proposta de integrar o lazer ao conhecimento científico. Para gerir a reserva, foi criado um Conselho Consultivo, com a participação de entidades e organizações, cientistas e representantes da sociedade, presidido por Leopoldo Brandão, um dos ambientalistas mais importantes do país.

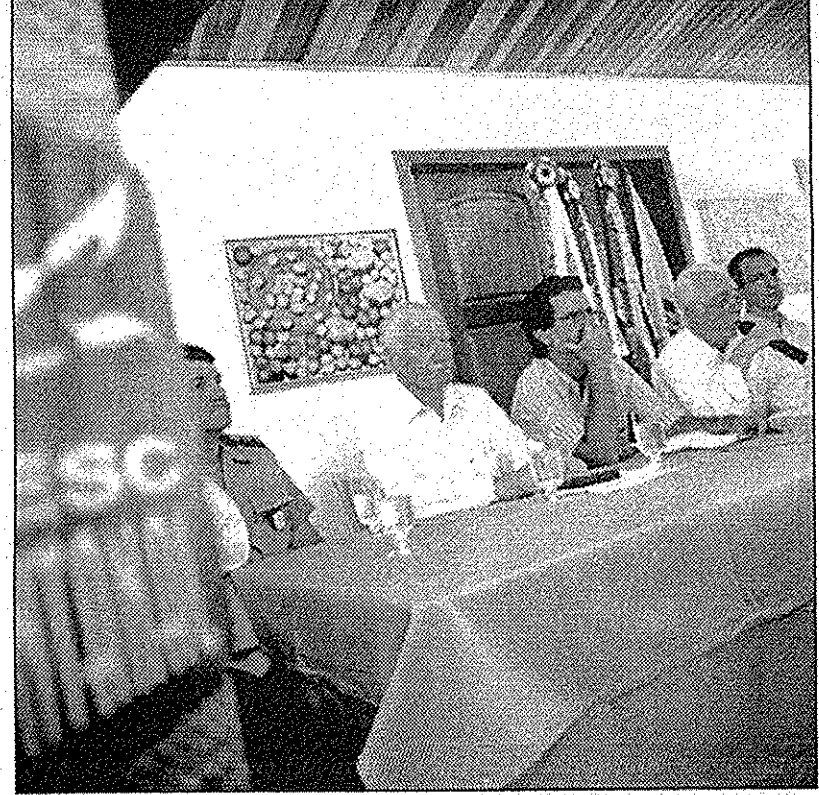
A intenção do SESC é receber uma demanda especializada, constituída por grupos de turistas regionais, nacionais e internacionais, comerciários, portadores de deficiências físicas e pesquisadores, além de crianças e universitários.

Dentro da área de abrangência da RPPN serão desenvolvidas pesquisas de interesse do SESC, que também apoiará, logisticamente, outras pesquisas realizadas por diferentes instituições e ongs.

Algumas ações já foram realizadas na área da RPPN como a adaptação das sedes das antigas fazendas a novos usos, preservação de capelas, currais, escolas e outras construções, mantendo assim a história da região, implantação de energia solar nos seis postos de fiscalização, implantação de torres de observação e outras.

De acordo com o Leopoldo

JOSÉ LUIZ MEDEIROS/OC



Mesa formada na estância ecológica: intenção é receber demanda especializada

Brandão, através dos projetos que serão desenvolvidos dentro da RPPN, uma atenção especial será dada a melhoria da qualidade de vida das populações locais. "Queremos também que haja parcerias com organizações governamentais em todas as ações. Nosso objetivo é o aproveitamento racional de todo o potencial recreativo e turístico da área", disse ele.

Entre as pesquisas já em andamento na RPPN estão o levan-

tamento da avifauna - já foram catalogadas pelos pesquisadores 250 espécies diferentes de aves -, censo de grandes mamíferos, estudo de insetos, levantamento dos recursos fitoterápicos, controle de incêndios e outros, coordenados pela gerente da reserva, a zootecnista Nani Amil.

Uma ONG, a Funatura, está também junto com o IBAMA, estudando um plano de manejo para a área.

(MB)

Categoria de reserva foi criada em 90

Da Reportagem

A categoria das Reservas Particulares do Patrimônio Natural RPPN foi criada em 1990 e representa uma grande mudança no conceito da conservação e preservação ambiental porque permitem a expansão das áreas protegidas pela iniciativa privada. O crescimento desse programa fez com que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), revisse decreto que criava a RPPN até pouco tempo. Com uma nova diretriz, o Decreto 1.922, de 1996, dá também aos Estados competência para criar novas reservas.

As RPPNs são uma categoria de Unidade de Conservação de uso indireto. Localizadas em propriedades particulares, elas têm o objetivo de proteger e conservar, em caráter perpétuo, os ecossistemas.

Alguns requisitos são importantes para que as áreas sejam certificadas como tal: serem consideradas de relevância para a proteção da biodiversidade ou terem aspectos que justifiquem ações de recuperação com vistas a conservação e preservação de ecossistemas frágeis ou ameaçados.

As RPPNs tem também como objetivo fazer com que as comunidades, onde elas estão localizadas, tenham uma maior participação, através de programas de educação ambiental e ecoturismo.